

As parcerias público-privadas: um comparativo entre as matrículas públicas e privadas em creche nos municípios médios paulistas na série histórica 2005 – 2010

Ana Lara Casagrande
(17) 91636700
larabighouse@yahoo.com.br
Universidade Estadual Paulista - Rio Claro/ São Paulo/Brasil
Buenos Aires - Jun. 2011

Resumo

Objetiva-se analisar os arranjos institucionais estabelecidos entre o poder público municipal e instituições privadas para a oferta de creche. Para isso, comparar-se-á os dados de matrículas nas redes pública e rede privada nos municípios médios (de 50.001 a 100.000 habitantes conforme classificação do IBGE) do Estado de São Paulo- Brasil, verificar-se-á: em qual rede há um maior crescimento das matrículas em creche, relacionando como um possível resultado da adoção de parcerias público-privadas. Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “As parcerias entre o público e o privado na educação infantil: uma busca pelos novos contornos dados aos arranjos institucionais estabelecidos em municípios médios paulistas” (2010-2012) realizada na Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro/São Paulo. A referida pesquisa, bem como este artigo, perpassa a verificação da atual reconfiguração das relações entre as esferas pública e privada, bem como a verificação da relação de subsídios públicos às instituições privadas sem fins lucrativos como uma efetiva política pública educacional para a oferta de educação infantil. A hipótese é a de que esse tipo de estratégia, parcerias público-privadas, como acredita Domiciano (2009), tem se consolidado ante as reformulações políticas e legais iniciadas no Brasil a partir da década de 1990, cujas consequências são sentidas na efetivação do direito à educação.

Palavras-chave: Educação infantil; matrículas; parcerias público-privadas.

1.0 Introdução

1.1 Educação Infantil e seu financiamento.

A educação infantil em diversos países, e especificamente no Brasil, esteve até pouco tempo vinculada à área social, sobretudo a creche, não era vista como um direito educacional das crianças, portanto, podia-se atribuir à mesma o caráter caritativo (ARELARO, 2008; KRAMER, 1995).

Com a Constituição Federal de 1988 a educação infantil adquiria contornos de direito, já que estabeleceu como dever do Estado o atendimento pré-escolar, por meio da responsabilidade dos municípios e com a Emenda Constitucional 14/96 há a ampliação desta responsabilidade para toda a educação infantil.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) a educação infantil passa a se constituir como primeira etapa da Educação Básica, e é dividida em creches e pré-escolas. Esta mesma legislação estabelece a integração das instituições de educação infantil, existentes ou que viessem a ser criadas, ao respectivo sistema de ensino, no prazo de três anos, a contar da data de publicação da Lei.

Atualmente, após a Emenda Constitucional 53/06 a educação infantil passou a compreender crianças de zero a cinco anos, devido à Lei 11.114, de 16/05/2005, que tornou obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Logo, a educação infantil hoje está dividida em creches, que compreende crianças de zero a três anos, e pré-escolas, que compreende crianças de quatro e cinco anos.

Também a Emenda Constitucional 53/06 criou o Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Este fundo destina-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação e trata do financiamento de toda a educação básica, inclusive a educação infantil.

O Fundeb substituiu o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), instituído pela Emenda Constitucional nº. 14, de setembro de 1996, que se restringia ao financiamento do ensino fundamental. Para vários pesquisadores da área, o Fundef acarretou prejuízos para o financiamento da Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos e induziu a municipalização do ensino fundamental a partir da segunda metade dos anos 1990 (ARELARO, 1999; BORGHI, 2002).

Aqui consideramos que a instituição do Fundeb, apesar dos seus consideráveis avanços, pode contribuir para a ampliação de convênios entre prefeituras e instituições privadas de educação infantil, pois para efeito da distribuição de recursos do Fundo, a Lei

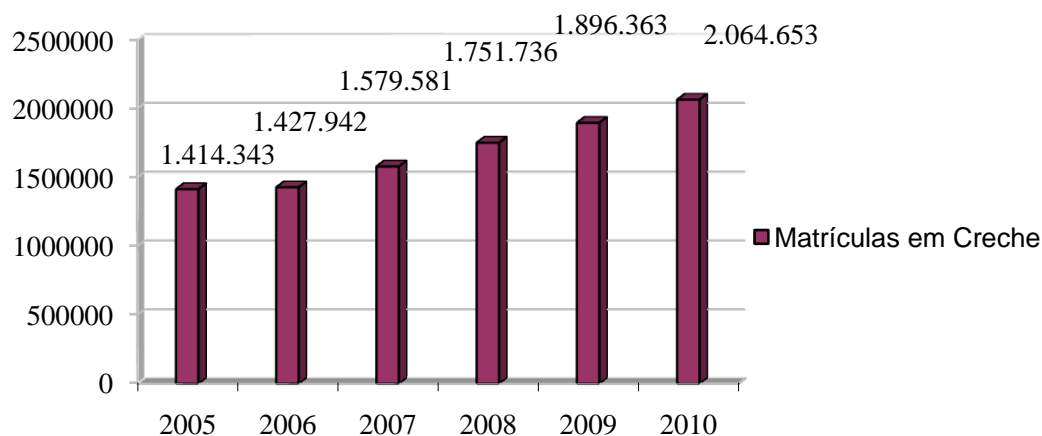
11.494/07 possibilita o cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil oferecida em creches por instituições privadas confessionais, filantrópicas e comunitárias sem fins lucrativos. A Lei permitia ainda a mesma sistemática para as matrículas em pré-escolas, mas estabeleceu um prazo limite de quatro anos a partir da data de publicação da lei, ou seja, o repasse para a pré-escola foi possibilitado até o ano de 2010.

2.0 Parcerias público-privadas.

O percurso da educação infantil no Brasil pode ser assim sintetizado: passou do assistencialismo à primeira etapa da educação básica. Neste cenário contemporâneo de educação infantil concebida como direito das crianças, tem-se um aprofundamento na demanda por educação infantil.

O Resumo Técnico - Censo Escolar 2010 (versão preliminar) destaca a ampliação da oferta da educação infantil, especialmente na creche, que teve um crescimento da ordem de 9% no ano de 2010, o que corresponde a 168.290 novas matrículas. O mesmo documento aponta um crescimento de mais de 79% se comparando com o início dos anos 2000, que o mesmo documento atribui ao fato de a creche ter sido reconhecida como primeira etapa da educação básica e ao advento do Fundeb. Pela tabela abaixo é possível observar um crescimento no número de matrículas em creche em todo o país, Brasil, desde o ano de 2005, de modo que não é possível afirmar que o Fundeb tenha impulsionado o crescimento das matrículas em creche. Adiante analisaremos a evolução das matrículas em creches de maneira mais minuciosa nos municípios médios do Estado de São Paulo e verificaremos se acompanham a tendência nacional.

Gráfico 1 - Número de matrículas em Creche - Brasil 2005-2010



Fonte: MEC/Inep

Se não é possível afirmar que o Fundeb seja o responsável pelo amplo crescimento das matrículas em creche no Brasil, como mostra o gráfico acima, para Arelaro (2008) e Pinto (2007) ele representa uma indução da consolidação e do aprofundamento das parcerias público-privadas na oferta de educação infantil, ao admitir o cômputo das matrículas efetivadas na educação infantil em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.

As parcerias público-privadas são tomadas como as relações estabelecidas entre o poder público e a iniciativa privada, é dizer, a reunião de esforços empreendidos entre o poder público e o setor privado para a concretização de objetivos de interesse público, a partir de iniciativas legislativas (BEZERRA, 2008). Às instituições conveniadas com o poder público municipal, sobre quais se diz que estabelecem convênio, aqui se tratam como parcerias público-privadas.

De fato há no Estado de São Paulo uma ampliação do número de parcerias entre o setor público e privado nas etapas e modalidades de ensino sob responsabilidade municipal (ADRIÃO *et al*, 2009), conforme indicou a pesquisa interinstitucional intitulada “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise das parcerias público-privado no Estado de São Paulo”¹. Tal pesquisa constatou um número considerável de municípios no Estado de São Paulo com diversos tipos de parcerias com instituições privadas: 456 do total de 645 municípios do Estado, mais de 70% dos municípios.

Partindo da constatação da ampliação das parcerias entre o público e o privado com relação à modalidade oferta da educação infantil, a pesquisa interinstitucional intitulada “A oferta educacional na educação infantil: arranjos entre o público e o privado”² (2010/2012), que tem por objetivo o estudo dos arranjos institucionais firmados entre o poder público municipal e instituições privadas para a oferta de educação infantil nos municípios do Estado de São Paulo, da qual a pesquisa de mestrado intitulada “As parcerias entre o público e o privado na educação infantil: uma busca pelos novos contornos dados aos arranjos

¹ Pesquisa já concluída, coordenada pela Prof^a. Dr^a. Theresa Adrião (UNICAMP/Campinas) e composto também pelas Prof^{as}. Dr^{as}. Raquel Borghi (UNESP/RC); Teise Garcia (USP/RP) e Lisete Arelaro (FEUSP), além de alunos de graduação e pós graduação das universidades citadas. Com apoio financeiro da FAPESP. Esta pesquisa realizou um mapeamento, organizou um banco de dados dos municípios paulistas que firmaram parcerias público-privadas na educação básica na série histórica de 1997-2006 e estudos de casos em alguns municípios que adotaram parcerias.

² Projeto interinstitucional, financiado pelo CNPq, que conta com a participação das pesquisadoras: Prof^a. Dr^a. Raquel Fontes Borghi – UNESP/IB/Rio Claro (Pesquisadora responsável); e composto também pelas Prof^{as}. Dr^{as}. Regiane Bertagna– UNESP/IB/Rio Claro; Theresa Maria de Freitas Adrião – UNICAMP/Campinas; Teise de Oliveira Guaranha Garcia – FFCLRP/ USP Ribeirão Preto; Bianca Cristina Correa – FFCLRP/ USP Ribeirão Preto.

institucionais estabelecidos em municípios médios paulistas³” faz parte, acredita que esse tipo de estratégia tem se generalizado ante: as reformulações políticas e legais iniciadas no Brasil a partir da década de 1990, cujas consequências são sentidas na efetivação do direito à educação; o Fundeb, pela possibilidade de repasse de recursos públicos à iniciativa privada conveniadas com o poder público municipal (DOMICIANO, 2009) e, o processo de municipalização do ensino fundamental, onde os municípios ficaram responsáveis pelo atendimento da educação infantil e fundamental, assim, para cumprir com tais responsabilidades buscaram parcerias com instituições privadas dispostas a oferecer o cumprimento de um serviço, como a oferta de vagas, por exemplo, sendo subsidiadas com recursos públicos (ADRIÃO *et al*, 2009).

Sobre esse último, Adrião *et al* (2009) colocam que as análises sobre as consequências da reforma do Estado empreendida em toda a América Latina após os governos militares iniciados nos anos 60 e 70 mostram que em todos os países a recomendação da municipalização dos serviços sociais foi unânime. E o exemplo chileno exemplifica o extremo das consequências dessa municipalização, pois em menos de dois meses do golpe militar e da morte do Presidente Salvador Allende, em 1973, o novo governo impôs a municipalização do ensino, que, por falta de condições de infra-estrutura das Províncias, administrativas, pedagógicas e financeiras, privatizou o ensino básico, transferindo-se a responsabilidade do Estado para a Igreja (ADRIÃO *et al*, 2009).

3.0 Evolução nas matrículas públicas e privadas em creche⁴.

Neste item focalizaremos os dados referentes às matrículas públicas e privadas em creche nos municípios de médio porte do Estado de São Paulo nos anos de 2005 a 2010.

Vale destacar que tais municípios foram selecionados por serem os de médio porte que declararam estabelecer parcerias com o setor privado para oferta de educação infantil na coleta de dados efetuada pela mesma pesquisa interinstitucional “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo” que resultou na composição de um banco de dados, cujo consultamos para elaborar o corpus da pesquisa de mestrado da qual este artigo é parte. Apesar de o município de Lençóis Paulista ter encerrado a parceria para oferta de vagas ele consta ainda no corpus por tê-la estabelecido

³ Pesquisa de mestrado, realizada pela pesquisadora Ana Lara Casagrande, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Raquel Fontes Borghi – UNESP/IB/Rio Claro.

⁴ Agradecimentos à colaboração do matemático Cleber Rodrigo Mariano.

em momento anterior, o que permite reflexão sobre a causa de isso não acontecer mais, entre outras.

O período selecionado para a análise das matrículas permite a verificação de um possível crescimento das matrículas no período de vigência do Fundeb e em que rede ela se dá, caso se dê, se municipal ou privada, ou se esse crescimento vinha se dando anteriormente, já que se consideram dois anos da vigência do Fundeb no recorte temporal estabelecido.

Tabela 1: Matrículas públicas municipais em creche

Municípios	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Andradina	204	216	218	255	345	548
Arujá	212	258	380	389	554	728
Assis	975	1119	946	959	1787	1440
Avaré	443	459	457	668	621	820
Birigui	1728	1317	1308	1285	1526	1528
Caraguatatuba	1501	1508	1587	1639	2100	2331
Embu-Guaçu	313	335	364	489	485	781
Jaboticabal	472	384	421	390	546	720
Jandira	718	728	790	919	961	756
Lençóis Paulista	217	107	1007	1099	1092	1063
Mococa	484	466	580	648	876	928
Mogi Mirim	632	777	353	687	698	852
Ourinhos	885	845	826	852	868	1032
Penápolis	931	993	523	688	763	784
Peruibe	0	185	338	391	440	338
Piedade	268	292	266	268	280	311
Pirassununga	480	584	733	768	729	799
Poá	527	407	403	446	701	726
São João da Boa Vista	525	670	491	396	341	673
São Roque	942	681	832	994	902	1076
Sertãozinho	807	889	1370	1586	1649	2090
Ubatuba	485	640	602	1065	1284	1291
Votorantim	662	1020	1031	1062	1389	1482

Fonte: INEP/MEC.

Na tabela acima temos os dados referentes às matrículas nas redes municipais de ensino de cada um dos vinte e três municípios. Para analisar os dados são descritas porcentagens de crescimento ou queda no número de matrículas de um ano com relação ao anterior. Por exemplo, analisando os dados de matrículas do município de Andradina vê-se que do ano de 2005 para o ano de 2006 o número de matrículas cresce em 5,88%, de 2006

para 2007 0,93%, de 2007 para 2008 16,97%, de 2008 para 2009 35,29% e de 2009 para 2010 vemos o maior percentual de crescimento: 58,84%. Logo, o crescimento ou queda percentual tem como referência o ano anterior, a menos que se especifique outra referência.

O município de Arujá, assim como o município de Andradina, apresenta crescimento ano a ano no número de matrículas em creche na rede municipal de 2005 a 2010: 21,70%; 47,29%; 2,37%; 42,42%; 31,41%, respectivamente. Apenas crescente é também o percentual de um ano para outro nos municípios de Caraguatatuba: 0,47%; 5,24%; 3,28%; 28,13%; 11,00%; Sertãozinho: 10,16%; 54,11%; 15,77%; 3,97%; 26,74%; e, Votorantim: 54,08%; 1,08%; 3,01%; 30,79%; 6,70%.

Já os demais municípios apresentam queda no percentual de crescimento das matrículas em algum ano. As matrículas no município de Assis crescem 14,77% no ano de 2006, caem -15,46% em 2007, crescem 1,37% em 2008, 86,34% no ano de 2009 e voltam a cair em 2010 -19,42%. Em Embu-Guaçu há apenas um ano de queda no número de matrículas: 7,03%; 8,66%; 34,34%; -0,82%; 61,03%, assim como em Jandira: 1,39%; 8,52%; 16,33%; 4,57%; -21,33%; Mococa: -3,72%; 24,46%; 11,72%; 35,19%; 5,94%; Mogi Mirim: 22,94%; -54,57%; 94,62%; 1,60%; 22,06%; Penápolis: 6,66%; -47,33%; 31,55%; 10,90%; 2,75%; Peruíbe: 185,00%; 82,70%; 15,68%; 12,53%; -23,18%; Piedade: 8,96%; -8,90%; 0,75%; 4,48% ; 11,07%; Pirassununga: 21,67%; 25,51%; 4,77%; -5,08% ; 9,60%; e, Ubatuba: 31,96%; 5,94%; 76,91%; 20,56%; 0,55%.

Em Avaré o percentual do número de matrículas cai em dois momentos: 3,61%; -0,44%; 46,17%; -7,04% e 32,05%, assim como em Jaboticabal: -18,64%; 9,64%; -7,36%; 40,00% e 31,87%; Ourinhos: -4,52%; -2,25%; 3,15%; 1,88%; 18,89%; Poá: -22,77%; -0,98%; 10,67%; 57,17%; 3,57%; e em São Roque: -27,71%; 22,17%; 19,47%; -9,26%; 19,29%.

Em Birigui vemos mais queda do que crescimento no percentual do número de matrículas, com três momentos de declínio no percentual: -23,78%; -0,68%; -1,76%; 18,75% e 0,13%. O mesmo ocorre em Lençóis Paulista: -50,69%; 841,12%; 9,14%; -0,64% e -2,66% e São João da Boa Vista: 27,62%; -26,72%; -19,35%; -13,89%; 97,36%.

Com relação à queda no número de matrículas de um ano a outro, observa-se que do ano de 2006 para o ano de 2007 está o maior número de queda percentual. Mas de maneira geral há amplo crescimento no número de matrículas públicas em creche nos municípios selecionados desde o ano de 2005. Ao considerarmos o ano de 2010 com relação ao ano de 2005, comparando o número de matrículas no último com o atingido no primeiro, 21 municípios obtiveram crescimento no percentual de matrículas em creche, com exceção dos municípios de Birigui e Penápolis, que decresceram -11,57% e -15,79%, respectivamente.

Tabela 2: Matrículas privadas em creche

Municípios	Ano					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Andradina	108	101	111	176	203	239
Arujá	113	131	205	200	217	204
Assis	168	330	237	301	362	610
Avaré	285	323	159	359	386	418
Birigui	331	316	307	444	573	630
Caraguatatuba	415	431	431	434	587	379
Embu-Guaçu	89	49	36	51	62	122
Jaboticabal	189	270	258	264	262	223
Jandira	293	227	307	246	294	309
Lençóis Paulista	877	588	115	175	157	216
Mococa	229	242	252	264	265	266
Mogi Mirim	329	336	227	253	275	323
Ourinhos	143	150	181	199	209	316
Penápolis	393	360	172	349	377	410
Peruíbe	108	109	309	293	284	342
Piedade	109	52	68	106	131	128
Pirassununga	229	226	245	257	167	166
Poá	181	200	215	208	198	254
São João da Boa Vista	304	548	359	355	320	508
São Roque	164	177	190	190	157	238
Sertãozinho	174	224	181	175	260	356
Ubatuba	111	138	221	227	255	283
Votorantim	260	329	376	355	413	423

Fonte: INEP/MEC.

Na tabela abaixo estão dispostos os dados referentes às matrículas nas redes privadas de ensino de cada um dos vinte e três municípios.

Os municípios de Mococa: 5,68%; 4,13%; 4,76%; 0,38%; 0,38%; Ourinhos: 4,90%; 20,67%; 9,94%; 5,03%; 51,20% e Ubatuba: 24,32%; 60,14%; 2,71%; 12,33%; 10,98% apresentam apenas crescimento no número de matrículas de um ano com relação ao anterior. Já os demais municípios apresentam queda no número de matrículas em pelo menos um ano, como é o caso de Andradina: -6,48%; 9,90%; 58,56%; 15,34%; 17,73%; Arujá: 15,93%; 56,49%; -2,44%; 8,50%; -5,99%; Assis: 96,43%; 28,18%; 27,00%; 20,27%; 68,51%; Avaré: 13,33%; -50,77%; 125,79%; 7,52%; 8,29%; Caraguatatuba: 3,86%; 0,00%; 0,70%; 35,25%; -35,43%; Mogi Mirim: 2,13%; -32,44%; 11,45%; 8,70%; 17,45%; Piedade:

-52,29%; 30,77%; 55,88%; 23,58%; -2,29%; São Roque: 7,93%; 7,34%; 0,00%; -17,37%; 51,59% e Votorantim: 26,54%; 14,29%; -5,59%; 16,34%; 2,42%.

O município de Birigui apresenta declínio percentual na taxa de matrículas na rede privada no período de 2005 a 2010 em dois momentos: -4,53%; -2,85%; 44,63%; 29,05%; 9,95%; como acontece nos municípios de Embu-Guaçu: -44,94%; -26,53%; 41,67%; 21,57%; 96,77%; 44,94%; Jaboticabal: 42,86%; -4,44%; 2,33%; -0,76%; -14,89%; Jandira: -22,53%; 35,24%; -19,87%; 19,51%; 5,10%; Penápolis: -8,40%; -52,22%; 102,91%; 8,02%; 8,75%; Peruíbe: 0,93%; 183,49%; -5,18%; -3,07%; 20,42%; Pirassununga: -1,31%; 8,41%; 4,90%; -35,02%; -0,60%; Poá: 10,50%; 7,50%; -3,26%; -4,81%; 28,28% e Sertãozinho: 28,74%; -19,20%; -3,31%; 48,57%; 36,92%.

O município de Lençóis Paulista apresenta maior declínio do que crescimento no percentual de matrículas de um ano para o outro, apresentando-o em três anos: -32,95%-80,44%; 52,17%; -10,29%; 37,58%. O mesmo ocorre em São João da Boa Vista: 80,26%; -34,49%; -1,11%; -9,86%; 58,75%.

Assim como acontece com as matrículas públicas municipais, as matrículas privadas em creche caem de um ano a outro majoritariamente do ano de 2006 para o ano de 2007 nos municípios selecionados.

Considerando o número de matrículas no ano de 2010 com relação ao ano de 2005 nota-se que 19 municípios apresentam crescimento percentual no número de matrículas privadas em creche, enquanto 4 municípios apresentam queda: Caraguatatuba: -8,67%; Lençóis Paulista: -75,37%; Mogi Mirim: -1,82% e Pirassununga: -27,51%.

3.1 Comparativo da evolução de matrículas públicas e privadas em creche.

A seguir faremos a análise da média de crescimento do número de matrículas nos municípios selecionados. Isso nos possibilitará verificar em qual rede houve maior crescimento. A saber: RM= rede municipal e RP= rede privada.

O município de Andradina apresenta uma média percentual superior, no número de matrículas em creche na RM nos anos de 2005 a 2010 de 23,58%, à média do número de matrículas na RP, que é de 19,01%. É dizer, embora em ambas as redes possa haver crescimento, a média percentual revela em qual rede o número de matrículas cresceu mais. Esse crescimento superior da média das matrículas em creche na rede pública do que na rede privada também acontece com os municípios de Arujá: RM 29,04% e RP 14,50%; Caraguatatuba: RM 9,62% e RP 0,87%; Embu-Guaçu: RM 22,05% e RP 17,71%; Jaboticabal:

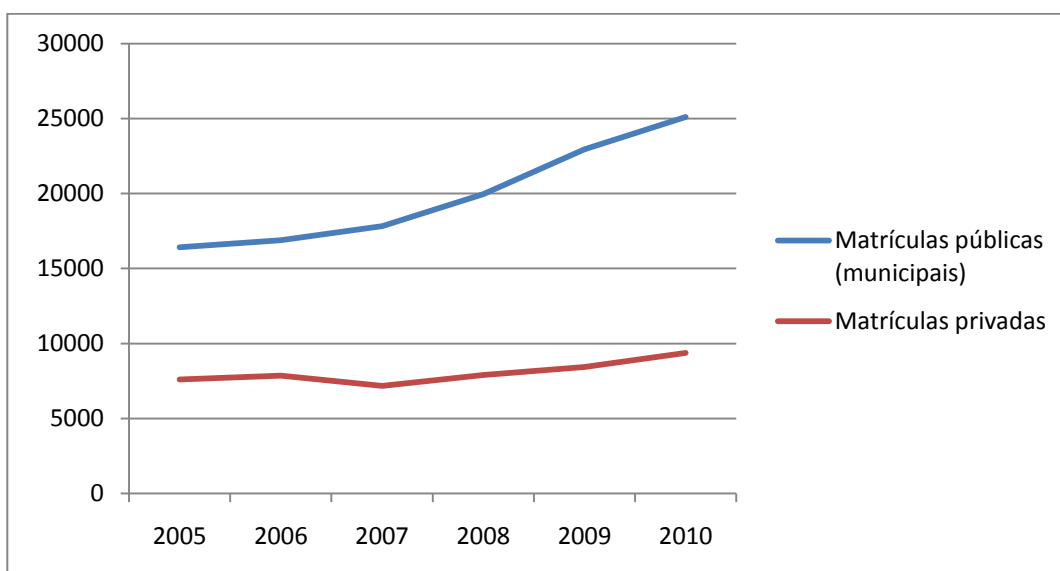
RM 11,10% e RP 5,02%; Lençóis Paulista: RM 159,25% e RP -6,79%; Mococa: RM 17,72% e RP 3,07%; Mogi Mirim: RM 17,33% e RP 1,46%; Peruíbe: RM 54,55% e RP 39,32%; Pirassununga: RM 11,30% e RP -4,72%; Poá: RM 9,53% e RP 7,64%; Sertãozinho: RM 22,15% e RP 18,34%; Ubatuba: RM 24,81% e RP 22,10%; e, Votorantim: RM 19,13% e RP 10,80%.

Contrariamente, o município de Assis apresenta uma média percentual maior no número de matrículas em creche na rede privada: RP 36,81% e RM 13,52%, assim como em Avaré: RP 20,83% e RM 14,87%; Birigui: RP 15,25% e RM -1,47%; Jandira: RP 3,49% e RM 1,90%; Ourinhos: RP 18,35% e RM 3,43%; Penápolis: RP 11,81% e RM 0,91%; Piedade: RP 11,13% e RM 3,27%; São João da Boa Vista: RP 18,71% e RM 13,01%; e, São Roque: RP 9,90% e RM 4,79%.

De acordo com a média percentual do número de matrículas em creche de 2005 a 2010, do total de 23 municípios, temos 14 municípios onde na rede municipal o número de matrículas em creche cresceu mais do que a rede privada e em 9 municípios, ao contrário, na rede privada o número de matrículas cresceu mais.

Esse maior crescimento das vagas em creche nas redes municipais de ensino pode ser mais bem visto no gráfico abaixo, onde são somadas todas as vagas oferecidas ano a ano:

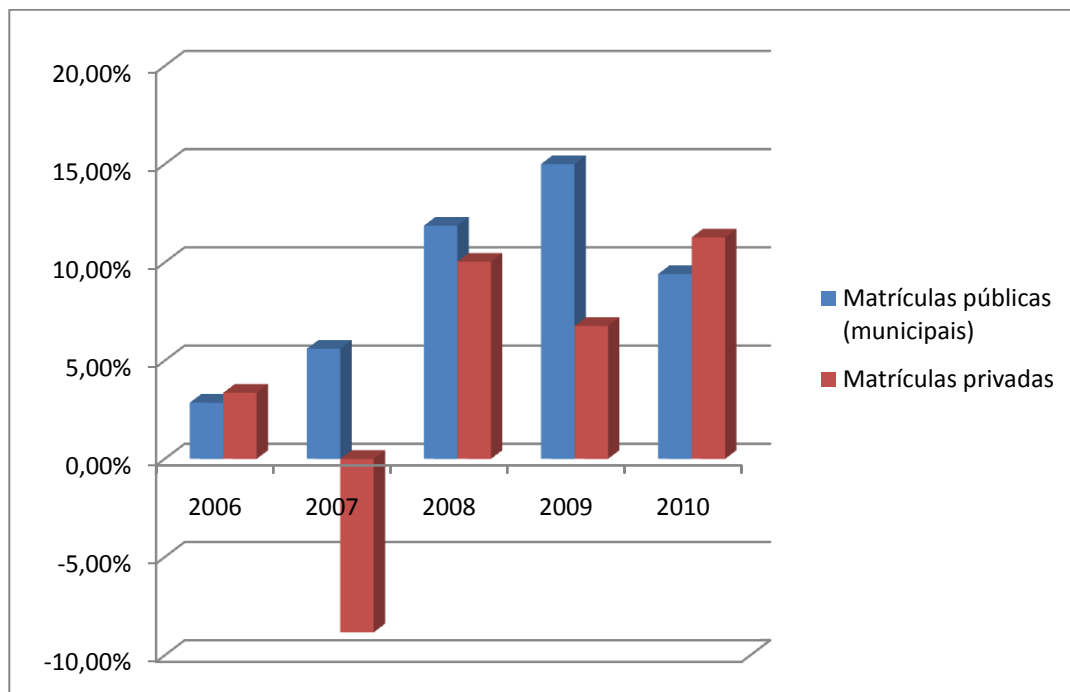
Gráfico 2: Número de matrículas em creche



No gráfico abaixo é possível ver no conjunto dos municípios médios paulistas a evolução, em porcentagem, das matrículas em creche. Nota-se que há um amplo crescimento

das matrículas em creche nas redes municipais de ensino nos anos de 2007, 2008 e 2009, enquanto há aumento das matrículas privadas em 2006 e 2010, com relação ao ano anterior.

Gráfico 3: Crescimento de vagas em creche



Com o advento do Fundeb, por sua permissão no repasse de recursos para as instituições privadas conveniadas sem fins lucrativos, se esperava uma ampliação nas matrículas privadas. Além disso, tendo em vista o grande número de parcerias da administração pública municipal com as instituições privadas tanto sem fins lucrativos, do chamado terceiro setor, quanto com as *stricto sensu* para oferta de educação infantil identificado pela pesquisa interinstitucional “Estratégias municipais para a oferta da Educação Básica: Análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo”, já referida anteriormente, esse aumento parecia certo.

Parecia, mas não foi o que se encontrou analisando os dados de matrículas nos municípios médios do Estado de São Paulo: o crescimento no número de matrículas se revelou muito mais amplo na rede municipal de ensino. Poder-se-ia considerar tais dados sumariamente positivos não fosse o fato de que muitas matrículas das instituições privadas conveniadas estivessem sendo contabilizadas como públicas em alguns municípios, como o município paulista de Piracicaba, onde as matrículas das instituições privadas que fazem parte

do programa Bolsa Creche⁵ passaram a ser contabilizadas como matrículas da rede pública municipal (DOMICIANO, 2009).

Com relação aos municípios médios paulistas, no contato telefônico estabelecido com os responsáveis pela educação infantil do município alguns já informaram que isso ocorre, como os municípios de Arujá, Avaré, Mococa, Peruíbe, Pirassununga, Sertãozinho e Ubatuba. Como os dados ainda estão sendo coletados, sobre os demais municípios ainda não há informações a esse respeito.

O problema dessa contabilização das matrículas da rede privada como públicas é que nos dá uma false ideia de que a rede pública municipal tem se expandido, quando na verdade a política que prevalece é a política de oferta de creche via convênio com o setor privado, o que vai ao encontro da fala de Pinto (2007) ao considerar um “duro golpe” esse repasse de verbas públicas às instituições privadas, pois considera que recursos públicos devem ser destinados às instituições públicas.

4.0 Considerações finais.

Aqui se buscou comparar os dados de matrícula nas redes pública e privada dos municípios médios do Estado de São Paulo- Brasil- para verificar se as mesmas cresciam, como apontava a tendência nacional, conforme documento Resumo Técnico do Censo Escolar veiculado pelo INEP/MEC em sua versão preliminar, e qual rede seria a responsável pelo maior crescimento das matrículas em creche.

Foi possível observar que as matrículas crescem em todos os municípios, majoritariamente na rede pública ou na rede privada. Mas a rede pública apresentou maior crescimento, já que em 14 municípios houve maior expansão das vagas nessa rede, enquanto os outros nove municípios apresentaram crescimento superior das matrículas em creche na rede privada de ensino. De modo que não é possível relacionar o crescimento nas matrículas em creche com a adoção de parcerias público-privadas nos municípios médios paulistas. Na série histórica analisada é interessante observar que do ano de 2006 para o ano de 2007 as matrículas em creche têm uma queda na maioria dos municípios que apresentam queda em algum ano, tanto considerando a rede pública quanto a rede privada e no ano seguinte os percentuais voltam a ser mais positivos. Do ano de 2005 para o ano de 2006 encontra-se,

⁵ Embora denominado de Bolsa Creche, financia toda a educação infantil que compreende creche e pré-escola (DOMICIANO, 2009).

depois dos anos descritos acima, o segundo período de maior queda nas matrículas dentre os municípios que a apresentaram.

Os anos de 2005 e 2006 são, da série histórica estabelecida, os que abarcam o período de vigência do Fundef. Na vigência desse fundo 55,50% dos municípios médios paulistas iniciaram as parcerias com o setor privado para oferta de educação infantil, enquanto 16,60% dos municípios iniciaram-nas na vigência do Fundeb.

O fato de a maioria dos municípios médios optarem pela ampliação da oferta de vagas em creches via instituições privadas, nos faz olhar com cautela para esse expressivo crescimento das matrículas na rede pública de ensino, apontada pelos dados deste artigo matrícula. Principalmente pelo fato dos próprios municípios em consulta para a pesquisa “As parcerias entre o público e o privado na educação infantil: uma busca pelos novos contornos dados aos arranjos institucionais estabelecidos em municípios médios paulistas” revelarem que as matrículas das instituições privadas conveniadas estão sendo contabilizadas como públicas.

Isso reitera a necessidade de se realizarem mais estudos com relação a essa temática, uma vez que os mecanismos de financiamento da educação infantil têm conduzido a situações inéditas, como a contabilização de matrículas privadas como públicas. Os dados deste artigo instigam-nos a cruzá-los com o número de instituições municipais e privadas de ensino que cada município possui, com a finalidade de desvelar onde as matrículas em creche de fato estão expandindo-se, o que pode ser buscado apenas para além dos meandros políticos.

5.0 Referências bibliográficas.

ADRIÃO, T. (Coord.). *Relatório final do projeto de pesquisa Fapesp: Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo*. 2009.

ARELARO, L. R. A municipalização do ensino do Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: OLIVEIRA, C. de, et al. *Municipalização do ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ARELARO, L. A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V (Org.). *Público e Privado na Educação: novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008. p. 51-66.

BEZERRA, E. *Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?* Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista: Rio Claro, 2008.

BORGHI, R. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e a municipalização do ensino fundamental. *De Littera et Scientia*, v.5, n.1, out. 2002. p.1-7.

BORGHI, R. (Coord.). *Projeto de pesquisa CNPq: A oferta educacional na educação infantil: arranjos entre o público e o privado*. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei n.º 11.114*, de 06/11/2005. Altera os artigos 6, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, 2005.

BRASIL. *Lei n.º 9.394*, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. *Lei n.º 9.424*, de 24/12/1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9424.htm>. Acesso em 05 de agosto de 2010.

BRASIL. *Lei n.º 11.494*, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm. Acesso em 06 de agosto de 2010.

BRASIL. MEC. INEP. *Resumo Técnico – Censo 2010* (versão preliminar). Brasília, 2011. Disponível em: http://www.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao_censo2010_201210.pdf. Acesso em 20 de fev. de 2011.

BRASIL. MEC. INEP. *Consulta a matrícula do Censo Escolar*. Brasília, 2011. Disponível em www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula. Acesso em 05 de abr. de 2011.

COSTA, M. Criar o público não-estatal ou tornar público o estatal? In: ADRIÃO, T.; PERONI, V (Org.). *O público e o privado na educação*. Interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005, p. 13-30.

DOMICIANO, C. *O programa 'bolsa creche' nos municípios paulistas de Piracicaba e Hortolândia: uma proposta para alocação de recursos estatais à educação privada?* Dissertação de mestrado. UNESP/ Rio Claro, 2009.

KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

PINTO, J.M. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. *Educação & Sociedade*, vol. 28 n°. 100 Campinas, out. 2007.

ROSEMBERG, F. Sísifo e a educação infantil brasileira. *Pro-Posições*- vol. 14, n°. 1 (40) - jan./abr. 2003.